

## Cruesp insiste no reajuste de 0%. Vamos mostrar nossa indignação!

*Salário digno depende só de você.  
Teremos assembleia em 30/8 e negociação  
no dia 5/9. Compareça, participe!*

*Página 4*

## Fundações continuam em pauta

O Conselho Universitário reúne-se no dia 4/9, ocasião em que poderá examinar a minuta de resolução que trata da regulamentação das fundações que atuam na USP. A Congregação da FFLCH aprovou, por unanimidade, moção que pede o adiamento do debate deste assunto, o que pode levar o CO a retirá-lo da pauta da reunião.

Mesmo que o CO decida não examinar a minuta ou debater a questão das fundações, é indiscutível que o tema se encontra na ordem do dia. Isso porque, enquanto a comunidade intensifica o debate interno em torno das

fundações privadas, os jornais diários passaram a se ocupar do assunto, publicando reportagens e artigos a respeito.

A edição 242 do **Jornal do Campus**, editado pelos alunos da ECA, trouxe importantes revelações da ex-procuradora-geral da USP, professora Maria Sylvia Di Pietro. Ela informou que oito anos atrás, quando estavam mais fracas do ponto de vista financeiro, as fundações privadas articularam seus representantes na CLR e na COP e conseguiram anular uma proposta de regulamentação semelhante à atual.

De acordo com Maria Sylvia, a minuta apresentada ao CO

favorece as instituições privadas, as quais embora dotadas atualmente de vitalidade financeira vêm sofrendo duras críticas e vivem incertezas quanto à sua situação institucional e jurídica. “Uma resolução da USP que regulasse sua relação com as fundações, demarcando quais fundações servem à Universidade, funcionaria como uma defesa contra esses ataques”, declarou.

A influência das fundações sobre os órgãos deliberativos da universidade é tão grande que elas conseguem fazer com que certas decisões que lhe são desfavoráveis sejam simplesmente esquecidas ou anuladas na prática.

Em 10 de outubro de 1989, por exemplo, o CO aprovou a seguinte proposta, apresentada pelo conselheiro Ivan Cunha Nascimento: “As Fundações deverão apresentar relatórios anuais sucintos de suas atividades, os quais apreciados pela Unidade serão enviados ao Reitor para conhecimento dos membros do Conselho Universitário”. A ata da 784ª sessão informa que a proposta obteve 48 votos favoráveis, 15 contrários e duas abstenções. Essa deliberação do CO jamais foi cumprida.

A **Revista Adusp** 23, que circulará nos próximos dias, trará a segunda parte do dossiê sobre as fundações privadas.

## Assembleia da Adusp

*30 de agosto às 17 horas*

**Pauta:** Campanha Salarial • Expansão de vagas • Sucessão do Reitor

*Local: Auditório Adma Jafet, do Instituto de Física*

# Parecer jurídico caracteriza atuação da CERT como desvio de poder

Como já noticiado anteriormente, a CERT tem solicitado a apresentação de relatórios de atividades para além do usual nos períodos de renovação contratual ou de experimentação no RDIDP. Tem sido freqüente esta exigência para vários docentes recentemente concursados e que, após nomeados pelo Reitor para exercer o cargo, encontram-se novamente obrigados a relatar suas atividades para a

CERT que, em geral, justifica estes pedidos alegando um número insuficiente de publicações científicas.

A assessoria jurídica da Adusp elaborou parecer que reafirma a possibilidade de recurso administrativo contra decisões da CERT que exijam dos docentes efetivos, e que já cumpriram o período de experimentação, a entrega de novo relatório de atividades. O novo parecer, desta vez, foi elaborado tendo como ponto de partida a pró-

pria deliberação do Conselho Universitário (CO) sobre a matéria.

Ora, segundo deliberação do CO, não deve caber a nenhum órgão central da universidade a responsabilidade pela avaliação individual de docentes, ficando esta sob responsabilidade dos departamentos. Deste modo, o regimento da CERT deve ser compreendido à luz desta deliberação. Ao emitir um juízo sobre o desempenho individual de docentes, a CERT

está não apenas desrespeitando uma deliberação do CO, como também extrapolando suas funções, caracterizando-se assim o desvio de poder.

É entendimento da diretoria da Adusp que tal parecer possa servir como embasamento para que os docentes, ou seus departamentos, recorram da decisão da CERT de solicitar tais relatórios. O inteiro teor deste parecer está disponível na página da Adusp na Internet.

## A novela do desaparecimento de verbas na ECA

Tudo indica que o desaparecimento de R\$ 308 mil pertencentes ao orçamento da ECA de 2000 não será esclarecido tão cedo, a menos que a comunidade exija a divulgação dos resultados. Nas duas últimas ocasiões em que se esperava que as conclusões da sindicância aberta pela diretoria da unidade fossem apresentadas, bem como os resultados da auditoria realizada pela Reitoria nas contas da ECA, isso acabou não acontecendo. Até agora, apenas o diretor, professor Waldenyr Caldas, e as comissões de sindicância e de auditoria tomaram conhecimento do que ocorreu com as verbas.

No dia 9/8, o Centro Acadê-

mico da ECA convocou uma conversa pública com Caldas. O diretor compareceu, dizendo ter aceitado o convite para prestar informações sobre as datas e andamento do processo, e recusou-se a responder às perguntas sobre a sindicância, alegando que não podia tratar daquele assunto, essencialmente administrativo, como se fosse uma questão acadêmica.

Pretextou que os dados eram sigilosos, e que seriam divulgados somente na reunião da Congregação da escola, a realizar-se no dia 22/8. De acordo com Caldas, a partir dessa reunião caberia aos veículos de comunicação fazer o resultado chegar à comunidade.

Na última sessão da Congregação, porém, a pauta (definida por Caldas) não trazia sequer menção à sindicância. Pressionado pelos representantes discentes, o diretor afirmou que o assunto seria discutido ao longo da sessão. Mas, no exato momento em que, supostamente, daria a conhecer os resultados da sindicância, uma cena de novela se seguiu.

Um oficial de justiça entrou na sala da Congregação, com uma liminar nas mãos, e a entregou ao diretor. A liminar, requerida pela ex-assistente financeira da ECA, Sandra Catarino (transferida para a Prefeitura do Campus no início deste ano), proibia a divulgação dos resultados

da sindicância e da auditoria.

Após o episódio, o diretor da ECA revelou que, mesmo que não tivesse recebido a liminar, não divulgaria os dados. Segundo ele, o relatório só lhe fôra entregue no dia anterior, e a leitura das cerca de 250 páginas havia lhe tomado a noite. Caldas considerou que, antes que os resultados se tornem públicos, será necessário que a Consultoria Jurídica da USP (CJ) dê seu parecer técnico e jurídico sobre o relatório.

Enquanto se aguarda esse parecer, a Congregação decidiu que o diretor deve judicialmente visar à derrubada da liminar obtida por Sandra Catarino.

## “Gatilho”: Adusp obtém vitória na Justiça

*Ação da Adusp que obriga a USP a pagar diferenças de vencimentos a docentes, referente ao descumprimento da lei do gatilho salarial, foi considerada procedente, em primeira instância, no que diz respeito aos professores estatutários. A sentença favorável foi precedida por uma discussão processual que terminou por reconhecer a legitimidade da Adusp como pólo ativo da ação, na defesa dos interesses dos docentes.*

*A decisão, proferida pelo Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, é passível de recurso ao Tribunal de Justiça.*

# Expansão do ensino público superior em São Paulo

Depois de mais de duas décadas de estagnação, o Cruesp apresenta uma polêmica proposta de expansão do ensino público superior em São Paulo. No projeto, a expansão do ensino de graduação como conhecemos fica restrita a 5% ao ano, durante cinco anos apenas, insuficiente para recuperar uma pequena parte do que perdemos para o ensino privado, hoje responsável por cerca de 90% das matrículas em nosso Estado, índice muito maior do que no restante do país.

O aumento significativo das vagas seria na forma de cursos seqüenciais, de qualidade incompatível com as necessidades e possibilidades do Estado, bem como dos anseios da população. Além disso, não há qualquer experiência anterior que possa fundamentar

tal proposta, que diz respeito a mais de 90 mil vagas do projeto. Um enigmático curso básico é citado na proposta governamental, sem qualquer especificação de como poderia ser implantado ou de seu dimensionamento.

É citado ainda, na proposta do Cruesp, um programa de formação continuada de professores, também quantitativa e qualitativamente insuficiente.

## Audiência

A comissão de deputados da Assembléia Legislativa de São Paulo encarregada de estudar a questão da expansão de vagas reuniu-se com o Fórum das Seis e com representantes dos DCEs das três universidades estaduais e do Centro Paula Souza no dia 16/8.

No dia 22/8, às 10h (sendo

que data e horário foram alterados por duas vezes), houve uma audiência pública na Assembléia, à qual compareceram representantes do Fórum das Seis, dos estudantes e do Cruesp entre eles os reitores da USP e Unesp e pró-reitores de diversas áreas.

Na audiência foram externadas críticas ao projeto, em particular no que se refere aos cursos seqüenciais e básicos, inclusive por parte dos próprios proponentes. Houve manifestações contundentes por parte do coordenador do Fórum das Seis, Adolpho Hengeltraub, de Ciro Teixeira Correia e Otaviano Helene, pela Adusp, e de Samantha Neves, pelo DCE da USP.

## Onde ler

A proposta do Cruesp, amplamente divulgada em en-

carte no Jornal da USP, está disponível também no site da USP, <http://www.usp.br>. A posição do Fórum das Seis e DCEs da USP, Unesp e Unicamp foi registrada por escrito na audiência pública, pode ser encontrada no site da Adusp e foi oficialmente encaminhada pela entidade para os membros do Conselho de Representantes e diretores de unidade.

Esperamos que essa discussão possa ser ampliada para que São Paulo tenha um programa de expansão do ensino superior público como merece. É importante destacar que está em discussão na Assembléia Legislativa uma possível suplementação orçamentária, acoplada à expansão de vagas, prevista em emenda já aprovada, à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## Candidatos a Reitor iniciam suas campanhas

As eleições para Reitor da USP ocorrerão em novembro, e alguns dos candidatos começam a se movimentar em busca de apoios. O caráter anti-democrático da eleição não impediu o lançamento de muitas candidaturas.

No primeiro turno são cerca de 1.400 privilegiados eleitores (membros do Co, dos conselhos centrais e das congregações), e no segundo aproximadamente 290. A dis-

puta pelo cargo também está limitada aos professores titulares, que representam pequena fração do corpo docente.

Os postulantes que já se lançaram ocupam, em sua maior parte, cargos administrativos: é o caso de Ada Pellegrini Grinover, pró-reitora de Graduação, Adolpho José Melfi, vice-reitor, Antonio Marcos Massola, diretor da Escola Politécnica, Gil da Costa Marques, prefeito do

Campus da Cidade Universitária, Hernan Chaimovich, pró-reitor de Pesquisa, os professores Erney Plessmann de Camargo e Magda Carneiro Sampaio, do ICB, também são candidatos.

## Visitas

No dia 14 de agosto, o professor Chaimovich participou de um primeiro debate, no Instituto de Química, de onde é docente. A Congregação da Escola de Comunicações

e Artes recebeu, no dia 22 de agosto, a visita da professora Ada Pellegrini. No dia 16 de agosto, o professor Melfi também esteve na ECA, para participar de um debate.

É necessário que docentes, funcionários e estudantes definam as formas como pretendem intervir quanto à sucessão. Traga sua reflexão a respeito para a próxima assembléia da Adusp, pois esse item se encontra na pauta.

## Andes repudia ingerência do MEC na questão da emissão de carteiras

Andes-Sindicato Nacional divulgou nota, assinada pelo professor Roberto Leher, seu presidente, condenando a Medida Provisória preparada pelo ministro Paulo Renato, da Educação, que retira da UNE a exclusividade na expedição de carteira de identificação de estudantes.

“A Medida Provisória de nº 2.208/01, editada pela Presidência da República em 17 de agosto, é mais um ataque do governo FHC às entidades do movimento organizado, diz a nota da Andes. Ao quebrar a exclusividade da União Nacional dos Estudantes (UNE) para a expedição da carteira de identi-

ficação da entidade, a qual garante meia entrada em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer, esse governo mostra mais uma vez seu caráter arbitrário e ditatorial, ferindo a autonomia de organização e decisão do movimento estudantil”.

A Andes manifesta na nota

solidariedade à UNE e convida as entidades sindicais, acadêmicas e estudantis, bem como os movimentos sociais e os partidos a tomarem posição contra a MP, “pois esta representa um violento ataque à autonomia das organizações estudantis”. Todos somos UNE!”, conclui o presidente da Andes.

# O Cruesp, os Salários e a Greve

**T**odo mundo lembra a posição dos reitores na Campanha Salarial de 2000: não tratamos com previsões, apenas com o orçamento proposto pelo governo do Estado; qualquer outro procedimento seria irresponsabilidade com a administração das universidades estaduais.

Enquanto isso, o Fórum das Seis desenvolvia métodos para avaliar a evolução futura do ICMS, possibilitando planejamento estratégico da destinação dos recursos repassados às universidades. Nada mais racional. Mostrava-se que a disposição de arrocho salarial dos reitores era insustentável. Mesmo assim, foi necessário o recurso à greve, para obtermos avanços salariais significativos.

Neste ano, o argumento estrutural do ano passado mudou completamente. Não só o orçamento da Unicamp

foi preparado com base em previsão distinta da do governo do Estado, como o Cruesp planeja fixar uma fórmula para outubro, parente daquela negociada no ano passado, mas que garanta reajuste de 0%! Bom lembrar que a fórmula inclui um fundo de reserva de 20%.

## Racionalidade

Levamos para a mesa de negociação números que têm racionalidade. Consideramos que os orçamentos da USP e da Unesp foram feitos a partir dos números de arrecadação propostos pelo governo; que tivemos um reajuste de 6% em maio/2001; e até o fato, declarado nas reuniões técnicas, de que o décimo-terceiro salário na Unesp não estava incluído nas contas originais.

Com estes dados, e modificando nossa proposta original de R\$ 22,4 bilhões, con-

sideramos que o parâmetro de arrecadação anual para a fórmula de outubro deve ser de R\$ 23,7 bilhões. Isto possibilitaria um reajuste em outubro entre 4% e 6%, mesmo com o desconto de 20% para o fundo de reserva. O Cruesp permanece irreduzível, insistindo no número para reajuste zero: R\$ 24,6 bilhões.

Face a esta situação, não resta alternativa senão investir na mobilização. A Assembleia da Adusp de 16 de agosto aprovou a ampla divulgação da inadequação da proposta de Cruesp, a discussão de um dia de paralisação e nova assembleia no dia 30 de agosto.

## Negociação

Foi preparado um Boletim do Fórum da Seis, que está sendo distribuído em todas as universidades estaduais, contendo grande quantidade

de dados sobre a evolução do ICMS, do enorme crescimento dos dispêndios não salariais, bem como relato detalhado das reuniões técnicas com o Cruesp.

No dia 5/9 haverá uma rodada de negociação com os reitores em Campinas. É importante levar para esta mesa a indignação de todos com as atitudes dos reitores. Já assistimos a este filme antes: ameaça de catástrofe, a catástrofe é tempestade passageira, e o resultado final é a diminuição real do que nos é devido pelo nosso trabalho.

É imperioso evitar, em defesa da qualidade do trabalho acadêmico, que isto se repita. Salário não pode ser fonte de financiamento, nem para campanhas de reitor, nem para gastos, reconhecidamente necessários, com infra-estrutura e expansão do ensino público.

## A greve nas federais

**F**ace à proposta ridícula, depois de anos sem reajuste de 3,5% de reajuste no ano que vem (!!!), apresentada pelo governo FHC, professores e funcionários das universidades federais estão construindo ampla mobilização nacional.

A paralisação do dia 22/8 foi um sucesso, com adesão

significativa do pessoal das federais. A imprensa tem dado alguma cobertura ao protesto, nem sempre refletindo a extensão real da indignação dos nossos colegas.

Contrariando preceitos básicos de democracia, FHC aposta na desinformação. Matéria veiculada em rede nacional de televisão e na Hora do Brasil mostrava o

presidente declarando que havia concedido reajustes médios variando entre 18% e 35%, sendo que o número mais alto correspondia àqueles que tinham nível superior. Na realidade, trata-se de uma quantidade muito pequena de servidores, que não fazem parte de carreiras do serviço público.

Quanto seria possível dar

de reajuste salarial e aplicar nos serviços públicos básicos, juntando-se a quantia dada a bancos falidos, o subsídio do governo para privatização de companhias públicas, o gasto com a compra de votos para as propostas do governo e o combate à sonegação fiscal e à corrupção, incluindo a venda de informações privilegiadas...?

# Revista Adusp 23.

# Não perca!